MPV 393/07

00004



# Congresso Nacional

#### **EMENDA ADITIVA**

## MEDIDA PROVISÓRIA N.º 393, de 2007

Institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências.

Acrescente-se os parágrafos 7º e 8º ao artigo 2º da Medida Provisória n.º 393, de 2007, com a seguinte redação:

" A r+	၇၀	
ΑI L.	∠ .	

- § 7º O Licenciamento ambiental das obras e serviços previstos no § 1º será unificado;
- § 8º O Licenciamento ambiental da dragagem por resultado não associada a obras de ampliação ou aprofundamento de vias navegáveis e portos será sempre de competência do órgão ambiental responsável pelo licenciamento de operação do respectivo porto ou, na ausência dela, da dragagem de aprofundamento ou ampliação que foi previamente estabelecida no porto."

# **JUSTIFICAÇÃO**

O conceito de dragagem por resultado unifica os conceitos até aqui vigentes de dragagem de aprofundamento ou ampliação e de dragagem de manutenção dos portos, que tem sido objeto de licenciamento em diferentes órgãos ambientais, num mesmo porto. Essas instâncias nem sempre operam com os mesmos critérios, burocratizando o processo de licenciamento e dispersando o conhecimento sobre o meio ambiente portuário em órgãos distintos, que acabam por exigir dados em duplicação com diferentes critérios.

Isso aumenta custos e prazos de licenciamento para o empreendedor, além de dar margem a freqüentes ações judiciais, requerendo que o licenciamento seja realizadora por um ente local, ora federal.



### Congresso Nacional

Normalmente, é o órgão que licencia o porto ou a dragagem de aprofundamento que detém maior conhecimento dos múltiplos aspectos ambientais dos portos e seu entorno e da influência das dragagens no meio biótico fluvial, estuarino e marítimo, que são interligados. A dragagem de manutenção nada mais é do que uma das operações portuárias rotineiras, mas vinculada, na origem, à profundidade estabelecida previamente no porto. Portanto, o licenciamento de ambas, num mesmo porto, por meio de um mesmo órgão ambiental, é uma questão de racionalidade administrativa, que está em linha com o rigor técnico e com a defesa do meio ambiente.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 2007.

Deputado Beto Albuquerque (PSB/RS)

